

Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos

Balanco em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	4	8.619.600,46	6.638.821,79
Ativos Intangíveis	5	0,00	40.000,00
Investimentos financeiros	6	25.601,50	25.601,50
		8.645.201,96	6.704.223,29
ATIVO CORRENTE			
Créditos a receber	7	224.463,08	208.734,46
Estado e outros entes públicos	8	157.212,79	53.109,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	539,00	539,00
Diferimentos	10	33.302,22	34.246,47
Outros ativos correntes	11	17.472,18	14.532,27
Caixa e depósitos bancários	12	600.485,29	501.737,12
		1.033.474,58	812.988,39
TOTAL DO ATIVO		9.678.676,52	7.517.221,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	65.533,16	65.533,16
Resultados transitados	13	2.788.041,55	2.737.151,21
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13	3.394.211,08	2.842.849,77
		6.247.785,79	5.645.534,14
Resultado líquido do período		268.776,81	50.890,34
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		6.504.564,60	5.696.424,48
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	14	1.839.417,51	874.308,27
		1.839.417,51	874.308,27
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	297.806,35	162.885,43
Estado e outros entes públicos	8	42.241,26	38.088,35
Financiamentos obtidos	14	118.835,34	114.729,24
Diferimentos	10	14.391,57	5.186,08
Outros passivos correntes	16	861.419,88	625.639,83
		1.334.694,41	945.488,93
TOTAL DO PASSIVO		3.174.111,92	1.820.797,20
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		9.678.676,52	7.517.221,68

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Estela Cristina Fernandes

*João Pedro Fernandes
 Sérgio Correia Fernandes
 Maria de Jesus Costa Fernandes*

Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos

Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	17	3.601.929,34	3.127.529,61
Subsídios, doações e legados à exploração	17	2.489,73	12.326,23
Trabalhos para a própria entidade	17	36.559,41	34.384,20
Fornecimentos e serviços externos	18	-1.426.769,84	-1.354.788,79
Gastos com o pessoal	19	-1.734.567,50	-1.631.287,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-40.217,34	0,00
Outros rendimentos	17	78.173,66	91.342,11
Outros gastos	20	-79.979,74	-22.450,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		437.618,72	257.035,36
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-150.078,68	-154.052,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		287.540,04	102.982,94
Juros e gastos similares suportados	21	-30.761,23	-52.092,60
Resultado antes de impostos		256.778,81	50.890,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		256.778,81	50.890,34

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Édite Gonçalves Fernandes

Maria Helena Campos Cruz
José José Pinheiro Trigueiro
Sérgio António Almeida
Juan António dos Santos
Francisco António dos Santos

Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos
DEMONSTRAÇÃO INIDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 para o período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3.586.200,72	3.111.897,38
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		- 1.291.847,92	- 1.395.187,06
Pagamentos ao pessoal		- 1.729.894,55	- 1.632.726,10
	Caixa gerada pelas operações	564.458,25	83.984,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		- 261.214,85	- 29.615,83
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	303.243,40	54.368,39
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 1.750.521,17	- 778.305,74
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		- 1.000,00	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		609.196,83	686.611,93
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	- 1.143.324,34	- 91.693,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.090.000,00	550.000,00
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		375,00	450,00
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 120.784,66	- 109.500,27
Juros e gastos similares		- 30.761,23	- 52.092,60
Dividendos		-	-
Reduções de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	938.829,11	388.857,13
Varição do caixa e seus equivalentes (1+2+3)		98.748,17	351.531,71
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	501.737,12	150.205,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	600.485,29	501.737,12

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Isabel Gonçalves Fernandes

Maria Adelaide Fernandes Soares
Isabel Gonçalves Fernandes
Sérgio Gonçalves Fernandes
Cláudia Antunes Fernandes
Maria do Carmo Antunes Fernandes Soares

Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

Unidade Monetária: EURO

DESCRICOÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	65.533,16	2.761.111,60	2.214.179,60	23.960,39	5.016.863,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização de excedentes de revalorização						
Excedentes de revalorização						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		23.960,39	628.670,17	23.960,39	628.670,17
RESULTADO INTEGRAL	3		23.960,39	628.670,17	23.960,39	628.670,17
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3				50.890,34	50.890,34
Fundos					74.860,73	679.560,51
Subsídios, doações e legados						
Distribuições						
Outras operações						
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6 6=1-2-3+5	65.533,16	2.737.151,21	2.642.849,77	50.890,34	5.696.424,48

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Estela Gonçalves Fernandes

*Yolanda Maria Quinteiro Gonçalves
 Ana Filipa Albuquerque
 Sérgio Correia
 Joana Duarte
 TÁRIFA DE SANTIAGO VASCO PEREIRA COSTAS*

ANEXO

Exercício em 31 de dezembro de 2025

1 - Identificação da entidade:

Designação da entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S. MIGUEL DE REFOJOS, NIPC 501501428

Sede: Cabeceiras de Basto

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas com ou sem alojamento, atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados com alojamento, outras atividades de saúde humana.

2 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com as normas que integram o Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O método de depreciação utilizado é o das quotas constantes. As taxas de amortizações utilizadas são as previstas pelo DR 25/2009.

Os bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	6 - 16

Os gastos subsequentes incorridos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição. Os gastos com manutenção e reparação de ativos são reconhecidos à medida que sejam incorridos, de acordo com o regime de acréscimo;

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico do ativo excede o valor recuperável, procede-se a testes de imparidade. A diferença, caso exista, é reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso;

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

Ativos intangíveis

Na sequência da análise efetuada ao ativo intangível e do respetivo teste de imparidade, procedeu-se ao seu desreconhecimento, por não se prever que o mesmo venha a gerar benefícios económicos futuros, nem que exista viabilidade para a sua alienação.

Instrumentos financeiros

Cientes e outros créditos

Os "Clientes" e as "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa e dos depósitos bancários à ordem. O saldo desta rubrica está disponível para uso no curto prazo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

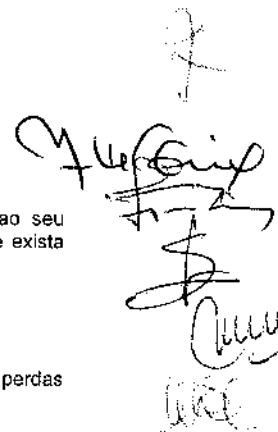
Rédito

O Rédito corresponde ao valor recebido pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. É reconhecido quando: o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade e seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade.

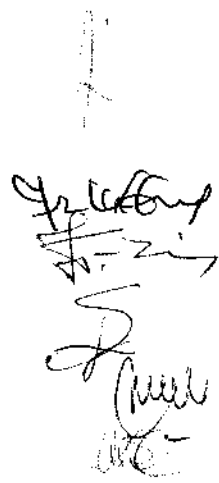
Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;



c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.
A Santa Casa enquadra-se na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC.



Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No entanto, os encargos financeiros diretamente atribuíveis a Ativos Fixos em Curso são capitalizados como parte do custo do ativo, durante o período necessário para a sua construção ou preparação para a utilização pretendida. O reconhecimento destes encargos como gasto ocorre subsequentemente, através da depreciação, a partir da data em que o ativo está disponível para uso.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2- Outras políticas relevantes

Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Julgamentos críticos/estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, fundamentado em eventos passados e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelos que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de que posteriormente à data destas demonstrações não ocorrerão situações não previstas e não consideradas atempadamente na preparação das referidas demonstrações.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 - Ativos fixos tangíveis

Durante o ano de 2025, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	AFT em curso	Totais
Quantia bruta escriturada inicial	412.203,63	6.396.944,11	561.611,42	123.693,96	170.460,42	1.187.885,17	8.652.998,91
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	1.545.357,35	407.683,17	113.899,25	147.437,35	0,00	2.214.377,12
Quantias líquidas escrituradas em 31-12-2024	412.203,63	4.851.586,76	153.928,25	9.994,71	23.023,07	1.187.885,17	6.638.621,79
Adições em 1ª mão	0,00	11.994,96	4.928,54	0,00	2.068,77	2.144.680,08	2.163.652,35
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.595,00)	(32.595,00)
	0,00	11.994,96	4.928,54	0,00	2.068,77	2.112.065,08	2.131.057,35
Depreciações	0,00	116.339,54	25.016,01	2.271,52	6.461,61	0,00	150.078,68
Alienações (valor bruto)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações (valor das depreciações acumuladas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações (valor líquido)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	116.339,54	25.016,01	2.271,52	6.461,61	0,00	150.078,68
Quantia bruta escriturada final	412.203,63	6.408.939,07	566.539,96	123.693,96	172.529,19	3.299.950,25	10.984.055,26
Depreciações acumuladas finais	0,00	1.861.696,89	432.699,18	116.170,77	153.698,96	0,00	2.364.455,80
Quantias líquidas escrituradas em 31-12-2024	412.203,63	4.747.242,18	133.840,78	7.723,19	18.640,23	3.299.950,25	8.619.600,46

Os Ativos Fixos em Curso, no montante de 3.299.950,25€, correspondem aos investimentos em curso, nomeadamente às obras de construção da Residência Sênior, ao desenvolvimento do projeto para a nova UCCI, bem como aos projetos de requalificação do edifício do Serviço de Apoio Domiciliário e do edifício do Lar Dr. Manuel Fraga.

5 - Ativos Intangíveis

Após efetuar análise e teste de imparidade, conclui-se que a base de dados e *know how* da entidade que explorou a clínica até outubro de 2020 não apresenta os critérios para ser reconhecido como Ativo Fixo Intangível.

Descrição	31.Dez.2024	Aumentos	Diminuições	31.Dez.2025
Outros ativos intangíveis	50.000,00	-	50.000,00	-
Valor de aquisição	50.000,00	-	50.000,00	-
Outros ativos intangíveis	10.000,00	-	10.000,00	-
Depreciações acumuladas	10.000,00	-	10.000,00	-
Ativos intangíveis	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00

6 – Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade era obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Com o DL n.º 115/2023, de 15 de dezembro foram suspensas as contribuições para este fundo e alterado o regime jurídico do mesmo. O prazo limite para alocar o seu valor às novas finalidades termina a 31 de dezembro de 2026.

Fundo de Compensação do Trabalho: 25.601,50 €

7 – Créditos a Receber

Os créditos a receber correspondem ao somatório das contas correntes dos utentes.

Descrição	2025	2024
Utentes – Entidades c/c	58.345,95	55.811,04
Utentes – Particulares c/c	99.558,17	107.799,27
Utentes de cobrança duvidosa	40.217,34	-
Convenções	66.558,96	45.124,15
Perdas por imparidade	- 40.217,34	-
Utentes	224.463,08	208.734,46

8 – Estado e outros entes públicos

A rubrica "Estado e outros entes públicos" está discriminada na seguinte tabela:

Descrição	2025		2024	
	Dr	Cr	Dr	Cr
Retenções de IR	-	9.980,38	-	9.560,94
IVA	157.212,79	-	53.109,07	-
Segurança social	-	32.260,88	-	28.507,41
Outras contribuições	-	-	-	-
TOTAIS	157.212,79	42.241,26	53.109,07	38.068,35

9 – Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

O valor desta rubrica, no montante de 539 €, manteve-se inalterado relativamente ao exercício anterior.

10 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" era constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Diferimentos (Activo)		
Seguros	6.439,96	12.676,59
FSE a Reconhecer (stock)	26.862,26	21.569,88
TOTAL	33.302,22	34.246,47

Descrição	2025	2024
Diferimentos (Passivo)		
Subsídios para investimento	14.391,57	5.166,08
TOTAL	14.391,57	5.166,08

11 – Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros ativos correntes" é detalhada conforme segue:

Outras Contas a Receber	2025	2024
Fornecedores (saldos atípicos)	24,35	24,35
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Faturação a emitir	5.337,72	6.297,43
Outros Devedores	11.110,11	8.310,49
Outros Ativos Financeiros	1.000,00	8.310,49
TOTAL	17.472,18	14.632,27

12 - Fluxos de caixa

Todos os valores registados em caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis, de imediato.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Exercícios	2025	2024
Caixa		
Caixa	1.859,46	430,11
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	598.625,83	501.307,01
TOTAL	600.485,29	501.737,12

13 – Fundos Patrimoniais

Os movimentos ocorridos no exercício, nos fundos patrimoniais, dizem respeito à aplicação do Resultado de 2024 em Resultados Transitados e imputações de subsídios ao investimento na rubrica Ajustamentos/ Outras variações dos Fundos Patrimoniais.

14 – Financiamentos Obtidos

Os empréstimos obtidos subdividem-se entre passivo corrente e não corrente da seguinte forma:

Descrição	2025			2024	
	Valor contratual em empréstimo	Valor em dívida		Valor em dívida	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos em:					
Instituições de crédito	500.000,00	44.097,12	42.421,78	40.178,04	88.807,30
	500.000,00	44.097,12	42.421,80	40.178,04	88.807,30
	400.000,00	28.488,12	114.573,93	26.202,96	144.309,40
	40.000,00	2.152,98	-	8.170,20	2.384,26
	3.000.000,00	-	1.640.000,00	-	550.000,00
TOTAL	4.440.000,00	118.835,34	1.839.417,51	114.729,24	874.308,25

Em 2024, foi contratualizado um empréstimo no valor de 3.000.000,00€ para o financiamento da construção de uma Residência Sénior. Deste financiamento, foi libertado pelo banco o valor de 1.090.000,00€ em 2025.

15 – Fornecedores

O somatório da conta corrente dos fornecedores apresenta o seguinte valor:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	297.806,35	162.861,08
Fornecedores	297.806,35	162.861,08

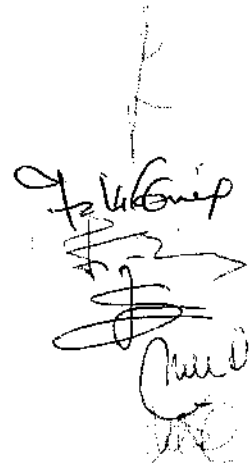
16 – Outros passivos correntes

No exercício de 2025 e 2024, os outros passivos correntes decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Pessoal	-	500,05
Remunerações a liquidar	237.250,21	231.206,05
Credores diversos	447,94	85,99
Outros acréscimos de gastos	70.909,69	82.277,04
Fornecedores Investimento	552.812,05	311.570,70
TOTAIS	861.419,89	625.639,83

17 - R dito

Para os per dos de 2025 e 2024, foram reconhecidos os seguintes R ditos:



Rédito	2025	2024
Lar	926.385,62	835.999,00
Lar- Participa�o Segurança Social	757.232,60	578.589,12
Apoio Domiciliário	20.520,00	14.520,00
Apoio Domiciliário- Comp. Segurança Social	168.438,02	138.930,45
Centro de Dia	21.640,00	7.105,00
Centro de Dia- Participa�o Segurança Social	21.623,80	9.179,78
UCC	997.988,14	958.892,28
Hospital	688.051,16	584.263,98
Quotiza�es	50,00	50,00
Presta�es de serviços	3.601.929,34	3.127.529,61
Serviços Fisioterapia	36.559,41	34.364,20
Trabalhos para a própria empresa	36.559,41	34.364,20
Lar	-	-
Apoio Domiciliário	-	-
Consigna�o IRS	471,02	776,91
IEFP	2.018,71	11.549,32
Subsídios, doa�es e legados � explora�o	2.489,73	12.326,23
Rendas	18.000,00	15.086,00
Imputa�o de Subsídios ao Investimento	56.835,52	57.941,76
Aliena�o de ativos tangíveis	-	-
Donativos	375,00	450,00
Restitui�o de Impostos	-	-
Outros	2.963,14	17.864,35
Outros Rendimentos	78.173,66	91.342,11
Juros e Rendimentos similares obtidos	-	-
Juros	-	-
TOTAL	3.719.152,14	3.265.562,15

18 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são constituídos pelas seguintes rubricas:

F.S.E	2025	2024
Trabalhos especializados	186.201,45	200.707,09
Publicidade e propaganda	6.472,04	791,28
Vigilância e Segurança	16.223,52	5.166,01
Honorários	404.306,66	351.999,41
Conservação e reparação	17.532,83	27.957,15
Outros Serviços	1.425,80	1.091,61
Ferramentas e utensílios	7.979,06	11.591,08
Material escritório	3.159,02	2.787,27
Farmacos	76.264,48	54.605,28
Consumíveis Hospitalares	33.654,99	36.956,39
Consumíveis Utentes	307.574,52	289.466,75
Eletricidade	82.354,67	76.671,44
Combustível Equip. Transporte	11.286,44	9.894,96
Combustível de Aquecimento	142.390,73	160.157,51
Água	28.997,10	22.050,63
Deslocações e estadas	14.359,15	12.433,87
Rendas e alugueres	18.582,07	19.484,90
Comunicação	8.590,75	9.200,68
Seguros	15.089,81	11.905,06
Contencioso e notariado	2.040,54	1.110,29
Limpeza, higiene e conforto	39.590,65	44.007,15
Outros fse	2.692,56	4.752,98
TOTAL	1.426.768,84	1.354.788,79

19 - Remunerações do pessoal chave da gestão

Os gastos com o pessoal são compostos pelo seguinte:

Gastos com o Pessoal	2025	2024
Total Remunerações:		
Pessoal	1.415.483,98	1.335.061,82
Encargos com remuneração	287.756,14	272.250,56
Seguros	31.271,69	23.319,08
Outros	55,69	656,00
TOTAL	1.734.567,50	1.631.287,46

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente de "11" e "11".

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de "88" e em 2024 foi de "88".

20- Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Correções relativas a períodos anteriores	75.436,24	17.632,43
Quotizações	3.505,00	3.505,00
Outros não especificados	1.038,50	1.293,11
Dív. Incobráveis- Clientes	-	20,00
TOTAL	79.979,74	22.450,54

F
Y. S. S.
J
C
M

21- Juros e gastos similares suportados Outros gastos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são os seguintes:

Juros e gastos similares suportados	2025	2024
Juros suportados:		
de financiamentos	27.129,17	42.718,83
Outros Juros	242,01	108,34
Outros Gastos de Financiamento	3.390,05	9.265,43
TOTAL	30.761,23	52.092,60

22. Compromissos

Garantias e avals prestados

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a Santa Casa da Misericórdia tinha as seguintes responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2025: hipoteca sobre o terreno.

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora;

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025, foram de 4.800 € e em 2024, foram de 2.400 €

24. Acontecimentos após a data de balanço

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2025) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram outros factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

25. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 27 de fevereiro de 2026.

26. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido 256.778,81 €. transite para 2026 na conta de Resultados Transitados.

Cabeceiras de Basto, 27 de fevereiro de 2026

A Contabilista Certificada

A Mesa Administrativa

Estela Gorgalves Almeida

Yves Nelson Gomes Sousa
João Jorge Gomes Sousa
Sérgio Correia Fernandes
Mário Antunes da Silva
Mesa Administrativa Cabeceiras de Basto